

Documento da Seplan indica a necessidade de cortar déficit

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O próximo governo terá que aprofundar o ajuste fiscal mediante a reedição da "operação desmonte", extinção de órgãos, privatizações, aumento de impostos e cortes de subsídios, para reduzir ainda mais o déficit público projetado na proposta orçamentária de 1990 em 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB).

Esta recomendação está implícita no documento "Política Fiscal para 1990" que a Secretária de Planejamento (Seplan) da Presidência da República encaminhou ontem ao Congresso, atribuindo à nova Constituição a responsabilidade por um impacto orçamentário de 3% do PIB somente neste ano, quando o déficit operacional deve fechar em 3,9% do PIB.

A remessa do documento ao poder legislativo já estava prevista na exposição de motivos que acompanhou o projeto-de-lei orçamentária para o ano que vem, encaminhada aos parlamentares no final do mês de setembro último.

O resultado projetado pelo chefe da assessoria econômica da Seplan, Raul Wagner dos Reis Velloso, representa uma melhoria em relação aos 4,2% de déficit operacional em 1988 mas fica muito além da meta de 2% em 1989 e zero em 1990, prometida ao Fundo Monetário Internacional (FMI) no início do ano passado.

A Seplan atribui o desvio à rejeição de sucessivas propostas de cortes de despesas feitas ao Congresso, como foi o caso da "operação desmonte", que resultaria num ganho fiscal equivalente a 1,5% do PIB, bem como aos aumentos de gastos e redução da receita disponível da União determinados pela Constituição promulgada há um ano.

"Se o déficit operacional não tivesse sido contido pelo lado das despesas ao longo deste ano, teríamos uma brutal pressão adicional sobre as taxas de inflação atuais" — disse Reis Velloso ao justificar o fato de que os preços continuam subindo rapidamente apesar da menor necessidade líquida de financiamento ao setor público no conceito operacional (que não considera o impacto da correção monetária).

"O que precisamos é adequar o déficit às fontes de financiamento de longo prazo existentes na economia" — explicou, acrescentando que "como estas fontes hoje são quase nulas, será preciso também levar o déficit a praticamente zero" como uma das pré-condições para baixar a inflação.

Ao ressaltar a importância da avaliação encaminhada ao Congresso, "como referência para a discussão da proposta orçamentária de 1990 e para as primeiras medidas do próximo Governo", o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, também atribuiu "o aprofundamento da crise fiscal à nova Constituição" e advertiu os candidatos à sucessão presidencial, para a escassez de recursos públicos.

CANDIDATOS

"Os candidatos deveriam ler esta avaliação antes de continuarem fazendo promessas de arrojados programas de investimentos que eles não poderão cumprir antes de sanear as finanças públicas" — observou Batista de Abreu. O documento preparado por sua assessoria foi entregue na terça-feira ao presidente José Sarney, que o encaminhou ontem à mesa do Congresso, como uma "nota técnica" prometida por ocasião do envio da proposta orçamentária.

Batista de Abreu chamou a atenção para o "ajuste inédito das contas públicas em 1989 e 1990", expresso não só pela redução do déficit operacional mas, também, pelos resultados orçamentários no conceito primário (que além das correções monetária e cambial exclui os impactos do endividamento).

Sem considerar as últimas decisões na área salarial do setor público, o documento da Seplan projeta para este ano um superávit primário de 3,4% do Produto Interno Bruto (PIB), antes 0,6% em 1988. O PIB utilizado nestes cálculos, ainda com um crescimento de apenas 1% em termos reais, é de NCz\$ 1.028.795.300.000,00 (supondo uma inflação de 32% em outubro).

Para se chegar a este resultado a União deve gerar um superávit primário de 1% do PIB (2,3% no orçamento PIB e déficit de 1,3% no orçamento da Previdência Social), enquanto

QUADRO 2

PRESSIONES LÍQUIDAS DO ORÇAMENTO DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO SOBRE O SETOR PRIVADO:

1987/90

(Em NCz\$ Milhões de Maio-89 e em % do PIB)**

ITENS	1987		1988		1989		1990	
	NCz\$ Milhões (Mai-89)	Em % do PIB	NCz\$ Milhões (Mai-89)	Em % do PIB	NCz\$ Milhões (Mai-89)	Em % do PIB	NCz\$ Milhões (Mai-89)	Em % do PIB
A. DESPESAS LÍQUIDAS DO GOVERNO CENTRAL								
A.1. Despesas Líq. c/ Prods. Agropecuários	7.281	1,6	2.030	0,4	2.725	0,6	562	0,1
A.2. Subsídios de Equal. de Taxas de Juro	*	*	1.436	0,3	1.709	0,4	533	0,1
A.3. Juro e Outros Encargos Externos	*	*	*	*	326	0,1	245	0,1
B. REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA								
GARANTIDA DO SETOR PÚBLICO	16.523	3,6	8.862	1,7	5.319	1,1	4.112	0,9
B.1. Empresas Estaduais Federais	14.760	3,2	6.221	1,2	4.494	0,9	4.184	0,9
B.2. Estados e Municípios	1.763	0,4	2.641	0,5	925	0,2	-72	-
C. OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO COM O SETOR PÚBLICO	5.012	1,1	821	0,1	-707	-0,1	-611	-0,1
D. EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS AO SETOR PRIVADO								
(A-B-C)	-28.817	-6,2	-13.149	-2,5	-7.337	-1,6	-4.063	-0,9
D.1. Ao Setor Agropecuário	6.376	1,4	-1.782	-0,3	-465	-0,1	167	-
D.2. Ao Setor Exportador	546	0,1	-165	-0,1	129	0,1	-	-
D.3. Resgate Líquido de Dívida Externa	-	-	429	+0,1	-1.681	-0,4	-46	-
D.4. Resgate Líquido de Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
(D-D.1 - D.2 - D.3)	-35.739	-7,7	-11.631	-2,2	-5.320	-1,2	-4.184	-0,9

FONTE: MINIFAZ/STN e SEPLAN/SOF. Para 1987, BACEN, "Brasil — Programa de Ajustamento Econômico," Vol. 16. Mar/88, p.76, e STN.

* Não era disponível (os valores estão computados nas rubricas correspondentes aos respectivos "empréstimos líquidos," i.e., itens D.1. e D.2 do quadro).

a Calculado com base nos valores nominais.

b Despesas líquidas com operações de AGF e de estoques reguladores, além de programas ligados a produtos específicos (trigo, café e açúcar).

c Subsídios concedidos através do mecanismo FINEX, das operações de custeio agropecuário, de EGF, para microempresas, e de investimentos rurais e agroindustriais.

d Referem-se a operações contratadas no âmbito dos programas FINEX, Investimentos Rurais, e Investimentos Agroindustriais.

e Líquido de retornos de juros e principal de empréstimos anteriores (mecanismos dos "Avisos MF").

f Operações de saneamento financeiro de Estados e Municípios (incluindo bancos estaduais), da Itaipu Binacional, e do Sistema SIDERBRAS, entre outras.

** Base: dados disponíveis na última semana de setembro/89

os governos estaduais e municipais contribuiriam com um resultado positivo de 0,7% e as empresas estatais com 1,7% do PIB. O superávit primário não representa recursos reais, significando apenas que os gastos correntes são menores do que as receitas, na hipótese de não haver compromissos financeiros decorrentes do endividamento anterior (ver Quadro 1).

DISTORÇÃO

As novas projeções da Seplan para o déficit operacional foram calculadas com uma mudança de metodologia no deflator da conta de juros. Com a aceleração inflacionária aumentou este ano, o fato de usar o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de um mês para retirar a correção monetária da conta de juros neste mesmo mês distorcia o resultado, segundo Reis Velloso. Por isso o governo passou a usar o IPC do mês posterior, que na prática reflete a alta dos preços dos 30 dias anteriores.

Com isso chegou-se à projeção de um déficit de 3,9% este ano — bem inferior às estimativas anteriores, entre 5,4% e 6%, que foram levadas ao conhecimento do FMI. A União contribuirá com um déficit de 3,4% (2,1% do orçamento fiscal e 1,3% da Previdência Social), enquanto os estados e municípios deverão registrar um déficit de 0,5% do PIB.

Para 1990, o documento da Seplan projeta um superávit primário de 3% do PIB, a ser gerado principalmente pelas empresas estatais (1,6% do PIB) em consequência da menor dependência de financiamentos.

As prefeituras e governos estaduais contribuiriam com 0,8% já que terão maior disponibilidade de recursos obtidos com transferências. A Seplan lembra que essa projeção baseia-se no pressuposto de que o aumento de receita não venha a ser corroído por maiores despesas. A União deve produzir um superávit de 0,6% (dos quais 0,3% do orçamento fiscal e 0,2% da seguridade social, aproximadamente).

O déficit operacional de 2,4% do PIB projetado para 1990 ficará integralmente por conta da União (2,5% no orçamento fiscal e superávit operacional de 0,2% na seguridade social), já que o resultado negativo de 0,3% nos estados e municípios seria compensado por igual superávit a ser gerado pelas estatais.

Para estimar os encargos da dívida pública mobiliária em 5,8% do PIB este ano e 4% em 1990, a Seplan projetou os juros reais deste exercício em torno de 10% e utilizou o IPC do mês seguinte como deflator. Para a inflação de janeiro, quando foi aplicado o vetor do Plano Verão, utilizou-se a aproximação de 26,4% para as primeiras três semanas, publicada por este jornal.

As projeções da Seplan, a partir da proposta orçamentária, mostram que a oferta de crédito oficial ao setor privado cairá de 0,6% do PIB este ano para 0,1% em 1990. As despesas líquidas com a aquisição de produtos agropecuários, por exemplo, de 0,1% do PIB em 1989, serão substituídas por receitas decorrentes do pagamento destes empréstimos, em igual valor (ver Quadro 2).

O refinanciamento de dívida externa com aval do

QUADRO 1

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO, 1988-90

(Conceitos "Primário" e "Operacional", em % do IB)

(—: superávit)

ITENS	1987	1988	1989	1990
A. DÉFICIT PRIMÁRIO (Total)	—	-0,1	-3,4	-3,0
A.1. Orçamento Geral da União	—	1,1	-1,0	-0,6
A.1.1. Fiscal	—	0,1	-2,3	-0,3
A.1.2. Seguridade Social	—	0,1	1,3	-0,2
A.2. Governos Estaduais e Municipais	—	-0,1	-0,7	-0,8
A.3. Empresas Estatais	—	-1,1	-1,7	-1,6
B. DÉFICIT OPERACIONAL (Total)	5,5	4,1	3,9	2,4
B.1. Orçamento Geral da União	3,1	3,1	3,4	2,4
B.1.1. Fiscal	—	2,1	2,1	2,6
B.1.2. Seguridade Social	—	0,1	1,3	-0,2
B.2. Governos Estaduais e Municipais	1,5	0,1	0,5	0,3
B.3. Empresas Estatais	0,9	0,1	—	-0,3

FONTE: Quadros A,3,A.5 e A.6 do Apêndice Estatístico (1988-90) e Banco Central (197).

— Não era disponível

Tesouro também será menor, passando de 1,1% do PIB para 0,9% (referente apenas a empresas estatais, já que a rolagem dos estados e municípios será coberta pela colocação de títulos). No conjunto, as operações oficiais de crédito registrarão um retorno equivalente aos mesmos

0,9% do PIB, já se computando os resgates da dívida mobiliária.

EMBRA
SÃO PAULO : 825-0133